

Como induzir o desenvolvimento em África? O Caso de Moçambique

José Negrão, Ph.D.¹

A pergunta faz parte do quotidiano dos políticos africanos, especialistas das agências internacionais, trabalhadores de organizações não-governamentais, funcionários de ministérios da cooperação espalhados pelos países do Norte e académicos do mundo inteiro. Apesar dos \$500 biliões de dólares investidos pelos países africanos e outros \$200 pedidos emprestados nos últimos 40 anos, a África Sub-Sahariana é o continente onde as guerras são praga, os golpes de estado militares são comuns, os cataclismos naturais são fatalismo e a pobreza e estagnação económica são a realidade diária de milhões e milhões de cidadãos. O Fundo Monetário Internacional junta-se ao Banco Mundial, com o aval dos países mais ricos do mundo, na elaboração com os governos dos países africanos, de estratégias e programas para a redução da pobreza absoluta. As Nações Unidas encontram eco junto do capital internacional ao falarem das agendas 2020 ou 2025 onde as inteligentes parcerias pretendem dar ao mundo um mundo novo. A pergunta, todavia, mantém-se, como induzir o desenvolvimento? Como assegurar que o investimento a realizar tenha os efeitos multiplicadores para que o desenvolvimento se torne endógeno ao próprio continente e o mundo deixe de ter de apelar à solidariedade e ajuda internacionais sempre que imagens de crianças famintas, mulheres encharcadas, homens garridamente armados e velhos de olhar vazio que ultrapassa a morte, se instalam na retina sem pedir licença?

Dizia Galbraith que aquilo em que se acredita em economia tem raízes profundas na história. Só na medida em que percebemos estas raízes é que podemos compreender o presente e, ao mesmo tempo, a sua projecção [Galbraith. 1987]. É pois retrocedendo no tempo histórico de Moçambique, para descobrir o que o passado tem para nos ensinar e estudando os nossos dias, para encontrar o que o presente tem para nos propor, que iremos identificar a estratégia mais adequada para o desenvolvimento de Moçambique.

Neste texto começamos por fazer uma incursão à evolução do pensamento teórico no domínio da economia do desenvolvimento com base na História de Moçambique. Num segundo ponto dá-se a conhecer o que o retorno à evidência empírica permitiu, até hoje, alcançar em matéria de conceitos, de modelação dos comportamentos económicos e sociais das famílias rurais e de enriquecimento dos pressupostos que, usualmente, são tidos como dados adquiridos. Por último apresenta-se um modelo normativo desenvolvido pelo *Cruzeiro do Sul*, com que trabalho, e assim tentar responder à pergunta que deu o título ao artigo – Como induzir o desenvolvimento em África? O caso de Moçambique.

¹ Professor na Universidade Eduardo Mondlane e Director do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrário; Investigador do Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento. E-mail: j.negrao@tvocabo.co.mz

1. As Respostas Até Hoje Encontradas

Modelos dualistas

Quando da Independência de Moçambique vivia-se sob a influência do *paradigma da modernização* e dos *modelos dualistas* com ele relacionados que dominavam a produção teórica da Economia do Desenvolvimento. O dualismo entre o tradicional e o moderno, o rural e o urbano, a agricultura e a indústria, são algumas das versões que, na sua essência, advogavam que se deveria investir num sector *moderno* com uma economia orientada para o mercado e alimentado com os excedentes de força de trabalho provenientes de um outro sector, o sector da *economia de subsistência* [Lewis, 1955; Meier, 1989].

Foi então que o País se empenhou na construção das aldeias comunais. Para uns a Aldeia Comunal surgia como o local onde os camponeses libertavam a sua iniciativa criadora com base no princípio de *contar com as próprias forças*. Para outros, no entanto, as aldeias comunais tinham por função a reprodução da força de trabalho para as machambas estatais onde a acumulação do capital seria feita com vista ao crescimento do sector industrial da economia nacional. Esta segunda visão, talvez devido às dificuldades financeiras que o País enfrentava derivado das sanções à Rodésia do Sul, acabou por predominar. A prioridade para a adjudicação dos parques recursos existentes foi dada às machambas estatais. No campo, em termos reais, os camponeses recebiam cada vez menos pelo que produziam ou pela venda da sua força de trabalho nas machambas estatais, os bens de consumo essenciais como óleo, sal, tecidos e calçado e até os instrumentos de produção eram raros e, quando surgiam, eram objecto de especulação e de *candonga* [Verschuur, 1986].

Independentemente da leitura que se faça e da opinião que se construa sobre este tão recente período histórico de Moçambique a razão imediata do fracasso da concentração das pessoas em aldeias comunais foi muito mais simples do que se poderia supor na altura. O não acompanhamento do aldeamento das pessoas por um processo de difusão e adopção de novas técnicas e práticas tecnológicas levou a que, ao fim de poucos anos, os solos comesçassem a ser cada vez menos férteis, a lenha e os materiais de construção ficassem mais longe a cada dia que passava, a água escasseasse nos poços e as instituições endógenas de gestão das relações entre as comunidades e o meio-ambiente iam-se diluindo, perdendo-se na memória dos velhos os saberes locais acumulados durante gerações [FAO, 1978].

Também no mundo a História Económica veio a demonstrar que a aplicação dos modelos dualistas às economias agrárias dos países em vias de desenvolvimento deparou com uma série de contrariedades. Entre outras, são de mencionar: (i) o fluxo migratório das zonas rurais para os centros urbanos foi maior que a oferta de emprego, conseqüentemente, a *economia de subsistência* tornou-se cada vez menos capaz de cumprir a sua função de reprodução social e a procura do produto do *sector moderno* tendeu a diminuir; (ii) muito embora se tenha verificado um aumento do PIB per capita, a riqueza estava concentrada numa franja não significativa da sociedade, o que em termos reais significou um decréscimo do rendimento anual per capita; (iii) o

pressuposto de que havia tempo em excesso, que poderia ser utilizado na produção mecanizada, não se verificou, uma vez que devido ao calendário agrícola e às relações de género no seio da unidade produtiva familiar o dito lazer só acontecia em momentos que não coincidiam com os picos agrícolas; (iv) e verificou-se uma crescente marginalização da mulher relegada à manutenção da *economia de subsistência*, enquanto que o homem procurava emprego nas cidades junto do sector *moderno* [Arndt, 1987].

Modelos produtivistas

Fracassada que foi a implementação dos modelos dualistas, a ideia de que o desenvolvimento estava dependente da existência de ricos detentores da modernização e de pobres fornecedores de força de trabalho, foi sendo questionada. Em sua substituição foi-se construindo o argumento de que os pobres também podiam fazer o desenvolvimento. Bastava para tal aumentar a produtividade e o mercado iria ocupar-se do efeito multiplicador dos resultados. Tratava-se do *paradigma da pobreza* em que se basearam os *modelos produtivistas* que deram origem, entre outros, à revolução verde em alguns países asiáticos [Myrdal, 1968; Meier, 1989].

Também em Moçambique já no passado se tinha investido no aumento da produtividade junto dos pequenos agricultores como forma de se aumentar a riqueza. A primeira experiência de aldeias especiais teve lugar em meados dos anos 30, em Cheringoma. Foi definido então que estas aldeias deviam ser unidades económicas e sociais sustentáveis onde o acesso a terras irrigadas deveria ser em moldes cooperativos. Por razões estruturais ao sistema colonial, estas aldeias foram concedidas a agricultores portugueses especialmente recrutados em Portugal para o efeito, como veio a ser o caso, por exemplo do *colonato* do Limpopo. Para os Moçambicanos foram concebidos na década de 1940 os *ruralatos* onde se praticaria a agricultura de sequeiro com custos de produção mais baixos do que nos *colonatos*. Todavia os ruralatos nunca vieram a acontecer e nos finais dos anos de 1950 passou-se a falar em *aldeamentos*, os quais deveriam ser a fixação definitiva em áreas especiais com uso de tecnologias que substituiriam o sistema de cultivo baseado nas queimadas e na rotação das machambas. Pretendia-se assim alcançar o que já então denominaram por “desenvolvimento comunitário”, que consistia no reassentamento da população tendo por objectivo a total monetarização da sua economia.

Em 1973 o Governo Português concluía porém, que os *colonatos* representavam um investimento demasiado alto para os resultados esperados, que os custos de transporte de pequenos agricultores portugueses da Europa para Moçambique eram bastante elevados e que os investimentos em infra-estruturas tinham um retorno extraordinariamente lento. O *IV Plano de Fomento* recomendava então o fim dos *colonatos* e de qualquer outra forma de concentração das pessoas para a assistência técnica sugerindo como alternativa o enfoque na transformação tecnológica dos agricultores Moçambicanos. Para tal, os camponeses moçambicanos deveriam localizar-se nos eixos das estradas classificadas perto dos rios e aos agricultores privados, na grande maioria portugueses, deveriam ser adjudicadas terras marginais [Negrão, 2001].

Tal como aqui acontecera, também noutras cantos do mundo surgiram uma série de contrariedades quando da implementação dos modelos produtivistas. Entre elas podem-se mencionar: (i) a exigência de grandes investimentos públicos na investigação e disseminação de novas técnicas e tecnologias fez aumentar a taxa de inflação; (ii) a marginalização da mulher e das famílias mais pobres na distribuição dos rendimentos devido à pressão para reporem o crédito em *inputs* recebido nos pacotes tecnológicos; (iii) um aumento incontável do arrendamento de terras por acumulação de dívidas dos mais pobres; e (iv) permanente tensão entre o Estado e o mercado na determinação dos preços dos *inputs* e *outputs* para a produção agrícola [Arndt, 1987].

Modelos proteccionistas

Como consequência dos fracos resultados alcançados, a ideia de que o mercado *de per se* iria provocar o efeito multiplicador, começou sendo questionada na elaboração teórica da Economia do Desenvolvimento. A interpretação marxista da economia, que até então fora monopólio dos países socialistas nas suas versões soviético e chinesa, estendeu-se à América Latina e à África. O marxismo renovou-se com a crítica ao mercado internacional e à desigualdade dos termos de troca, as relações de classe foram analisadas à escala mundial e surgiu o *paradigma da dependência* que deu corpo aos *modelos proteccionistas* dos anos 1970-80 [Prebish, 1984; Baran, 1957; Amin, 1973]. Os modelos proteccionistas radicais defendiam o encerramento do País ao mercado financeiro internacional, sendo o desenvolvimento orientado para o mercado interno e para a rápida industrialização através da acumulação do capital derivado da agricultura. Os modelos proteccionistas suaves, embora não tão radicais em relação ao investimento externo e consequente necessidade de paridade da moeda no mercado internacional, advogavam que os termos de troca, entre o produto agrário do Terceiro Mundo e o produto industrial dos Países do Centro, eram de tal forma desfavoráveis aos países pobres da periferia que a alternativa viável seria substituir as importações dos produtos do Norte pela indústria nacional [Meier, 1989].

Também Moçambique navegou por estas águas. Em 1978 o País avançou na elaboração do Plano Prospectivo Indicativo, um mega plano que tinha a pretensão de proclamar o fim do subdesenvolvimento em dez anos. A economia começou a dar sinais de crescimento, estava-se ainda longe de atingir os picos de produção dos últimos anos do tempo colonial, mas verificou-se um nítido crescimento económico. Os sectores das pescas, transporte e da energia registaram taxas de crescimento assinaláveis e começou-se a acreditar, no seio das elites urbanas, que era possível acabar com o subdesenvolvimento em dez anos. Contudo, a fé era vã e em pouco tempo o descontentamento foi-se implantando.

O crescimento económico acontecia em detrimento do consumo urbano e das condições de vida dos camponeses. O consumo urbano caiu a níveis nunca antes experimentados, o racionamento foi introduzido e com ele as *lojas especiais* para os responsáveis. Apesar da retórica sobre o cooperativismo o apoio que este recebia do Estado era irrelevante quando comparado com o sector estatal. Os termos de troca entre o produto industrial urbano e o produto agrícola rural eram, francamente desfavoráveis a este [Machel, 1981].

Em meados da década 1980, a exequibilidade dos modelos proteccionistas foi sendo posta em causa, não só porque não conseguiam satisfazer as necessidades de crescimento nos países onde tinham sido implementados, mas também porque, ao contrário da previsão, agravava-se o fosso entre os pobres e os ricos, extinguiu-se a classe média e assistia-se à drenagem de capitais. Entre as limitações identificadas são de referir: (i) o controlo das importações tendia a inflacionar os custos; (ii) o proteccionismo só beneficiava alguns e raramente se traduzia em investimento local; (iii) a protecção da indústria tendia a baixar o preço de compra dos produtos das famílias rurais; e (iv) os preços dos produtos agro-industriais protegidos dos países do Sul não conseguiam competir com os preços subsidiados dos produtos agrícolas convencionais controlados pelo Norte [Arndt, 1987].

Modelos neo-liberais

As dificuldades associadas à implementação dos modelos proteccionistas alimentaram as teorias neo-clássicas em torno da reabilitação do *paradigma do mercado* para quem população e poupança são as principais determinantes no crescimento económico. Sobre este paradigma se basearam os *modelos neo-liberais* do final dos anos 1980 e na década de 1990. Sob o lema “*get the prices right* e os mercados internacionais serão conquistados”, fizeram-se os reajustamentos estruturais, consolidou-se a propriedade privada dos meios de produção e globalizou-se o capital. Cria-se então que em poucos anos o crescimento económico aconteceria e paulatinamente daria lugar ao desenvolvimento onde as condições sociais dos cidadãos acabariam por melhorar [Friedman,1980; World Bank,1989; 1990].

Mas, tal como a nossa experiência recente nos ensinou, nem tudo correu conforme previam os modelos, a pobreza não diminuiu ao ritmo desejado e em muitos casos nem se chegou a perspectivar a sua erradicação, as convulsões sociais avolumaram-se e a criminalidade tomou rapidamente as cidades o que fez aumentar o risco e, conseqüentemente, reduzir o imprescindível investimento.

Num estudo de caso feito recentemente no Norte de Moçambique, identificou-se uma diferença significativa entre o PIB per capita e o rendimento bruto da família, o que, pode ser tido como indicador da diferença entre crescimento e desenvolvimento económico. A título de exemplo, o PIB per capita em 1998 era 176 USD [MPF,2000], enquanto que o rendimento bruto indicou que cerca de 70% da população vive com USD 64 *per* capita por ano (USD 0,18 por dia) e somente 4% têm rendimentos brutos superiores a USD 1.00 por dia. O fosso entre os relativamente ricos e os pobres é acentuado, os ricos têm um rendimento bruto 10 vezes superior ao dos pobres e são 17 vezes menos do que estes. Nestas condições dificilmente se pode antever a acumulação de capital aos níveis necessários para se sair da pobreza.

Concluiu o referido estudo ser pouco provável que a teoria ortodoxa da liberalização financeira, a qual assenta no princípio da mobilização da poupança do *sector tradicional* para criar o investimento no *sector moderno*, tenha aplicabilidade na presente situação da região Norte do País. Primeiro porque os lucros resultantes do fluxo de capitais do *sector tradicional* para o *moderno* estão orientados para o

mercado financeiro *off-shore* e segundo, derivado do primeiro, o tendencial aumento das taxas de juro resulta na diminuição da procura efectiva e, conseqüentemente, do produto [CS,2000].

Dentre as principais dificuldades na implementação dos modelos neo-liberais há a registar: (i) ao contrário do pressuposto teórico, no *mundo real* os mercados são imperfeitos, incipientes ou simplesmente inexistentes; (ii) a “*mão invisível do mercado*” só por si acarreta externalidades, em particular contra a mulher (devido ao custo de oportunidade do tempo de trabalho) e o meio ambiente (por efeitos das deseconomias de escala); (iii) verifica-se a tendência para a poupança ser transformada em capital mercantil, internacionalizando-se, em lugar do investimento produtivo ao nível nacional; (iv) as famílias rurais não têm acesso a poupança suficiente para tomarem opções de acordo com a racionalidade económica dos sinais do mercado [Carlsson, 1981; Jerneck, 1995; Toninelli, 1997; Bloom&Sachs, 2000].

Ruptura epistemológica

No final do Século XX começou a verificar-se a ruptura epistemológica no domínio da produção teórica sobre o desenvolvimento. Os velhos paradigmas deixaram de dar resposta satisfatória aos problemas que vão surgindo e a aplicação sucessiva de modelos que nos vão sendo impostos acarreta conseqüências no processo de desenvolvimento que se pretende que seja endógeno às sociedades e duradouro.

O *tempo histórico* torna-se mais curto, a causalidade linear dos modelos opõe-se à complexidade multi-causal, a correlação exige cada vez mais a análise das interacções, o pressuposto do mercado perfeito é quotidianamente confrontado com a realidade dos mercados incipientes e mesmo inexistentes, ao *hedonismo* (a abstracção não realista do *homem económico*) que assume o desenvolvimento em equilíbrio, opõe-se o aumento constante dos retornos a níveis imprevisíveis, à separação analítica é requerida a abordagem holística, a exclusividade da estrutura lógico-dedutiva do raciocínio teórico começa a permitir a inclusão do pensamento teórico não-lógico para a construção dos pressupostos, premissas e evidências, e à racionalidade individual opõe-se a racionalidade da unidade social, ou seja, uma racionalidade colectiva que se reflecte na diversidade dos quadros institucionais.

A situação de ruptura epistemológica na produção do conhecimento sobre o desenvolvimento criou um vazio teórico que conduziu as agências internacionais, doadores e governos a um empirismo exacerbado nas suas actuações. Entre as manifestações desse empiricismo encontram-se: (i) os custos do dinheiro à escala nacional são sistematicamente ignorados por se partir do pressuposto não verificável, de que o mercado tenderá a cobri-los; (ii) a aplicação corriqueira dos quadro-lógicos, das árvores dos problemas e dos diagnósticos participativos primam pelo positivismo absolutista onde só a dedução é tida como válida, desprezando-se o papel da indução e da teoria, e os resultados são medidos pelo produto em lugar de o serem pela dinâmica prevalecente; (iii) insiste-se no aumento da oferta por parte das unidades produtivas rurais para reduzir a pobreza, assumindo-se perfeita elasticidade da procura; (iv) as instituições, em lugar de serem vistas como mecanismos flexíveis e abertos à mudança, são tidas como o quadro legal aprovado nos parlamentos

nacionais, tendo-se a ingenuidade da avestruz ao fazer-se a abordagem sectorial quase que em exclusivo através dos ministérios; (v) o modelo ocidental da democracia representativa é imposto como qualitativamente superior, sem se atender às práticas endógenas de democracia participativa que acontecem um pouco por toda a parte neste País.

Face às limitações teóricas encontradas em matéria de estratégia acabou por se ter de adjectivar o conceito de desenvolvimento, constituindo-se uma espécie de *chek-list* para os profissionais do desenvolvimento. Entre os mais comuns adjectivos que constam da lista das palavras-chave a não esquecer, são de mencionar: (i) *Equitativamente Distribuído* - à partida se devem estabelecer as bases para que o crescimento económico seja acompanhado de desenvolvimento; (ii) *Balanceado No Género* - assegurar a autonomia da mulher nos processos de tomada de decisões no seio da família; (iii) *Regionalmente Sensível* - As diferenças devem ser valorizadas como sinónimo de justiça social, as regiões longínquas das capitais que nem por isso devem ser desfavorecidas nem subalternizadas aos pólos urbanos; (iv) *À Escala Humana* - O reconhecimento dos direitos de cada um e do respeito pelo *direito à diferença* é essencial para que o desenvolvimento conte com a participação democrática de todos no exercício do poder; (v) *Culturalmente Descentralizado* - A descentralização deve constituir-se na afirmação do quadro institucional local na apropriação do poder, num movimento onde a cultura da gestão sai reforçado pela *miscegenização* das decisões do governo central e se reflecte na diminuição dos custos de transacção; (vi) *Participativamente Planificado* - A planificação do uso dos recursos deve contar com a participação interactiva daqueles sobre quem as decisões vão recair; (vii) *Sustentável* - O uso dos recursos não pode derivar no declínio da sua *utilidade per capita* ao longo das gerações [CS,1998].

A produção teórica entrou em ruptura e quando tal acontece nada mais há a fazer do que retornar à evidência empírica, quer seja para o enriquecimento dos pressupostos quer para a construção de um novo corpo teórico. Tal começou já a ser feito um pouco por todo o continente. Quer individualmente como em equipas multi-disciplinares, estudiosos, investigadores e académicos têm tentado encontrar alternativas viáveis e duráveis que permitam o desenvolvimento sustentável dos países africanos.

2. Retorno à Evidência Empírica

Nos domínios da produção do conhecimento científico é cada vez maior o reconhecimento dos limites das análises positivistas e de sistemas lineares que têm acompanhado a teoria desenvolvimentista. O imprevisível, *o caos*, a complexidade não-linear têm de ser tomados em consideração quando da projecção modelar das actividades. Cremos que o positivismo, que apresenta como forma mais refinada o *estruturalismo*, chegaram ao limite da sua capacidade de previsão e de projecção sobre os resultados a alcançar. É necessário ter a complexidade não-linear como característica e não como excepção *inside the black box*. Assim, os modelos de

carácter normativo têm de incorporar a possibilidade de mudança ao longo do tempo, devendo para tal contemplar as variáveis não-mensuráveis do mundo real e conter o factor imprevisibilidade, permitindo-se assim que os resultados alimentem interactivamente as opções de investimento sobre os recursos humanos, físicos, financeiros e naturais existentes no País.

As implicações de uma definição deste tipo são múltiplas, porém duas surgem como fundamentais. A primeira é a adopção de uma abordagem holística, onde o conjunto dos aspectos económicos (produtividade e crescimento), ambientais (ecossistemas e bio-diversidade) e sociais (identidades, poder, acesso, etc.) sejam mais do que o simples somatório sectorial das partes da contabilidade nacional. A segunda é a compreensão das raízes históricas da ruralidade africana, onde os processos de decisão sobre a adjudicação do trabalho, terra e capital, são tomados pelas unidades económicas onde produção, consumo e distribuição são funções inseparáveis, não podendo, para efeitos analíticos ser apreciadas separadamente.

O retorno à evidência empírica e histórica permitiu, até hoje, rever alguns conceitos, modelar comportamentos económicos e sociais das famílias rurais, visitar pressupostos e encontrar algumas vias para a actuação.

No domínio conceptual

No domínio conceptual o conceito de economia de subsistência foi substituído pelo de economia familiar. Entendeu-se que o conceito de economia de subsistência não só não correspondia à verdade, uma vez que a maioria das famílias rurais africanas estão integradas no mercado, como não era operacional por privilegiar a função de produção das unidades familiares rurais em detrimento das funções de consumo e de distribuição. Definiu-se como Economia Familiar aquela em que a adjudicação dos factores de produção se faz tendo por objectivos simultâneos (i) reforçar as redes sociais minimizadoras de riscos e (ii) multiplicar a produtividade marginal de cada factor.

Um outro conceito básico em que se mexeu foi o de camponês ou do entendimento que sobre este se tem. Normalmente o uso do conceito de camponês e de outros idênticos sobre os habitantes rurais africanos, refere-se a duas variáveis principais: a terra e o mercado, assumindo-se que se encontram no sector agrário e que têm comportamento idêntico. A evidência empírica produzida permitiu acrescentar algo a estes pressupostos. Primeiro que a agricultura representa uma indispensável, mas não exclusiva, fonte de rendimento. Segundo que a especificidade do comportamento de cada unidade singular é parte de um todo no qual, até hoje, reside a garantia da reprodução social e de seguro contra riscos. Assim, foi adoptado o conceito de família rural, como sendo a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades rurais africanas [Negrão, 2001].

No domínio da modelação dos comportamentos

No domínio da modelação do comportamento económico e social da família rural africana a evidência empírica produzida identificou quatro substitutabilidades imperfeitas. A primeira é entre a utilização do tempo na agricultura e fora da agricultura e a segunda é entre a adjudicação do tempo dentro e fora dos circuitos do mercado. Isto é, na ausência de constrangimentos exógenos, abaixo de um determinado nível a adjudicação do tempo de trabalho disponível na família na agricultura para consumo não é substituível pelo trabalho fora do sector agrário e para o mercado. Resultam daqui padrões de divisão de trabalho no seio da família que muitas vezes revelam relações de género não equilibradas.

A terceira substitutabilidade imperfeita encontrada foi entre a terra utilizada para rendimentos em espécie e a terra utilizada para rendimentos em dinheiro. Isto é, e uma vez mais na ausência de constrangimentos exógenos, a terra para a produção de rendimentos em espécie não é arrendada, hipoteca ou alienada, sob o risco de se comprometer a reprodução física da família. Mais ainda, constatou-se que sempre que a produtividade marginal da terra para rendimentos em dinheiro ultrapassa os níveis do consumo doméstico, a terra constitui uma base indispensável para que a poupança tenha lugar. Resulta daqui, a razão por que é imperioso garantir o acesso e a posse da terra a todas as famílias rurais moçambicanas².

A última substitutabilidade imperfeita encontrada foi entre as decisões induzidas pela linhagem e as decisões da família nuclear sobre a adjudicação de recursos. Isto é, acima de um determinado montante a adjudicação dos recursos pela família nuclear tem em consideração a sua pertença às redes de segurança social, tornadas praticáveis através dos meios de coacção das linhagens do marido e da mulher. Resulta daqui a enorme importância das alianças de parentesco, das obrigações familiares sempre que um dos membros da família tem acesso à educação formal, das solidariedades em caso de doença, entre muitas outras manifestações comuns ao nosso quotidiano. Resulta, igualmente, uma miríade de mecanismos institucionais ao nível local que visam a procura constante de um equilíbrio entre estabilidade e mudança institucional [Negrão, 2001].

No domínio dos pressupostos

A evidência empírica demonstra, igualmente, a necessidade de se revisitarem alguns dos pressupostos, normalmente, tidos por dados adquiridos quando da fundamentação teórica para a construção de modelos normativos.

No clássico estudo sobre o desenvolvimento económico moderno de Kuznets identificou uma elevada taxa de transformação estrutural e sectorial da economia como uma das principais características do desenvolvimento. O padrão histórico do desenvolvimento económico caracteriza-se pois: pela acelerada reorientação da

² Este foi o substrato teórico da Campanha Terra que coordenei durante dois anos e que envolveu mais de 15.000 voluntários em cerca de 200 organizações não-governamentais, organizações comunitárias de base, confissões religiosas e instituições de investigação de todo o País.

economia da agricultura para a indústria e os serviços; pela significativa alteração na escala das unidades de produção; e pela transferência espacial e de estatuto do mundo rural para o mundo urbano, onde predominam os serviços, a indústria e mais recentemente do sector informal.

Chenery não aceitou porém o postulado de um único padrão de industrialização e dedicou-se ao estudo da sua diversidade, desenvolvendo as noções de indústrias primárias, indústrias tardias e indústrias que acompanham gradualmente a transformação económica. Todavia não refutou a “inevitabilidade” do desenvolvimento se encontrar fora do sector agrário. Em idênticos pressupostos se baseram também os modelos do crescimento balanceado de Nurske e de Rosenstein-Rodan, ora orientados para a oferta ou para a procura como motores do salto em frente, e o modelo do crescimento não-balanceado defendido por Hirschman onde se inspiraram as várias versões da “substituição das importações” defendidas por Prebisch, Furtado e Baran. Em todas estas escolas a agricultura e, conseqüentemente, o mundo rural têm um papel relativo cada vez menos relevante no desempenho económico das nações.

Mais recentemente, devido à pressão das escolas de pensamento teórico em vários domínios científicos derivada da necessidade de se garantir a sustentabilidade do uso dos recursos, está a ressurgir a importância da agricultura de pequena escala com tecnologias *ecologicamente correctas*. A esse propósito os estudos de Adelman e Morris demonstraram que o desenvolvimento não tem de ocorrer, obrigatoriamente, fora do sector agrário [Adelman&Morris,1989]. Estes autores argumentam que, embora isso tenha acontecido em quase todos os casos onde o desenvolvimento teve lugar não significa que tenha de se processar ou se deva processar nos países sub-desenvolvidos dos nossos dias.

Face a estudos desta natureza e com base na evidência empírica já sistematizada, vários são os pressupostos a rever. Dentre eles, quatro são de particular interesse para Moçambique [Negrão,1997a; 1997b]:

- i. O pressuposto do *fim do campesinato em África*, ou seja a sua inevitável extinção através da urbanização ou transformação em trabalhador rural, não é viável. Sabendo-se que a taxa de crescimento populacional tende a manter-se (a não ser que o HIV/SIDA continue a aumentar), que a oferta de emprego nos sectores da indústria e serviços tenha possibilidade de acompanhar o potencial aumento da procura e que o peso relativo do salário médio nacional venha a sofrer alterações significativas, o campesinato não pode continuar a ser tido como classe em extinção mas sim como característica das comunidades rurais;
- ii. o pressuposto da *ignorância técnica das famílias rurais* não se coaduna com a realidade. Há saberes locais que não só devem ser valorizados como estimulado o seu enriquecimento na construção individual e social do conhecimento;
- iii. o pressuposto da *incapacidade endógena de organização* por parte das famílias rurais é falso. A evidência empírica na área das ciências sociais

demonstrou que existem mecanismos e formas seculares de organização das sociedades rurais sobre as quais é preciso capitalizar;

- iv. o pressuposto da *falta de informação sobre o mercado* deve ser relativizado. Os estudos demonstraram que se é verdade que a falta de informação sobre preços e oportunidades do mercado aumentam os custos de transacção, não é menos verdade que, mesmo quando detentora da informação, a família rural não pode responder aos sinais do mercado se não tiver acesso ao crédito, uma vez que a sua poupança é extremamente baixa.

3. Onde Actuar?

O retorno à evidência empírica indica haverem dois procedimentos de carácter metodológico que são fundamentais no contexto africano, (i) a necessidade de se diferenciar crescimento de desenvolvimento económico, não só para fins analíticos como também para fins normativos e (ii) a necessidade de se modelar tendo em atenção a inter-actividade dos resultados sobre os postulados e a imprevisibilidade derivada das variáveis não-mensuráveis.

Para efeitos normativos defende-se que a estratégia económica nacional deverá ter duas vertentes: uma direccionada para a rápida formação de capital baseada na exploração dos recursos energéticos, transportes e serviços (crescimento económico) e uma segunda que tenha por objectivo o desenvolvimento sustentável baseado no sector agrário ou primário (desenvolvimento económico e social). Embora o sector agrário possa ter um peso cada vez menor na composição do Produto Interno Bruto, ele é e continuará a ser o maior empregador do País, devendo pois ser objecto crucial da estratégia de desenvolvimento económico de Moçambique.

Na modelação o desempenho das variáveis relacionadas com a descentralização e a democracia foi tido como essencial mas não como exclusivo, enquanto que sobre o *bem-estar* (em inglês: *well-being*) do cidadão foi construída a correlação com o seu desempenho económico.

Tendo em consideração estes procedimentos metodológicos foram identificadas quatro vias onde actuar em paralelo para que o desenvolvimento, e não só o crescimento, seja alcançado em Moçambique: (i) a *concretização dos direitos fundamentais*; (ii) o *aumento da taxa de poupança*; (iii) a *reconstituição do tecido institucional*; e (iv) o *aumento da participação do cidadão nos processos de tomada de decisões* [CS, 1998].

Direitos Fundamentais

No referente à *concretização dos direitos fundamentais* estão em estudo as áreas dos direitos à água, à escola, à sanidade ambiental, à saúde e à sustentabilidade do uso dos

recursos naturais pelas famílias rurais tendo em consideração a sua distribuição espacial.

A questão da distribuição espacial das famílias rurais tem sido objecto de particular atenção devido às acções de reassentamento como consequência das cheias e outras formas de movimentação involuntária dos habitats estabelecidos no pós-independência nacional. Os estudos feitos permitiram concluir que, embora a concentração populacional contribua para a diminuição das distâncias relativas para a escola e para o posto de saúde, há medida que o tempo passa e o número de habitantes aumenta, igualmente aumenta, consideravelmente, o tempo dispendido na deslocação para a machamba, lenha e água, com fortes implicações na discriminação do trabalho feminino e no acesso à escola pelas meninas. Mantendo-se todas as outras condições iguais (como tem sido o caso em Moçambique), o aldeamento transporta consigo deseconomias de escala consideráveis, como sejam, problemas de congestionamento, a degradação ambiental derivada das queimadas não controladas e os problemas de saúde pública relacionados com a poluição fecal e a química derivada do uso de fertilizantes, pesticidas e herbicidas [CS, 2000].

Os estudos vieram a confirmar o que já Theodore Schultz anteriormente havia dito, o investimento no capital humano contribui positivamente na eficiência e na qualidade do desempenho do cidadão, bem como na garantia da continuidade dos retornos pelos efeitos multiplicadores nas gerações seguintes [Schultz, 1964; 1988].

Concluiu-se ainda que a responsabilidade pela concretização dos direitos fundamentais deve ser partilhada por todos os actores do desenvolvimento, i.e., Estado, Sector Privado e Sociedade Civil. O Estado não deve ter o monopólio da intervenção mas deve actuar como dinamizador e como catalizador das intervenções dos vários parceiros.

Em matéria de capital humano as conclusões apontam para o desenvolvimento das capacidades endógenas, incluindo do conhecimento tecnológico, ao nível local. A transferência de conhecimento deve assentar no conhecimento endógeno existente no local e não como *blueprint* (o que normalmente acontece com a educação formal) que ignora os processos de negociação que se estabelecem entre o receptor e a mensagem. O conhecimento tecnológico local deve não só ser valorizado como também desenvolvido através da formação.

Taxa de Poupança

Em matéria do *aumento da taxa de poupança* a evidência empírica recolhida demonstra, uma vez mais, que a sustentabilidade do desenvolvimento depende da formação do capital e esta, por sua vez, só é possível quando a poupança é maior que o consumo e é direccionada para o investimento produtivo. Uma vez que a poupança per capita é função linear do rendimento *per capita*, só o aumento deste poderá transformar a família rural em unidade produtiva com autonomia para tomar decisões económicas em função dos sinais e das oportunidades dos mercados.

Ao manter-se o baixo investimento produtivo do sector familiar acentua-se a tendência para a discriminação da mulher aumentar devido ao baixo custo de oportunidade do trabalho agrícola. Importa reter porém a substitutabilidade imperfeita acima referida, que embora o rendimento familiar dependa quase na totalidade das actividades agrárias, estas não são totalmente substituíveis pelo emprego uma vez que os rendimentos são marginais aos alcançados através do auto-emprego.

No estudo de caso do Norte de Moçambique já mencionado constatou-se que somente 4% das famílias rurais da zona têm rendimentos brutos superiores a US\$ 1.00 por dia, nestas condições dificilmente se pode antever a acumulação de capital aos níveis necessários para se sair da pobreza. A evidência demonstra pois ser pouco provável que a teoria ortodoxa da liberalização financeira, a qual assenta no princípio da mobilização da poupança do *sector tradicional* para criar o investimento no *sector moderno*, tenha aplicabilidade na presente situação do País. Primeiro porque os lucros resultantes do fluxo de capitais do *sector tradicional* para o *moderno* está orientado para o mercado financeiro *off-shore* e segundo, derivado do primeiro, o tendencial aumento das taxas de juro resulta na diminuição da procura efectiva e, consequentemente, do produto.

Deriva daqui que a alternativa viável passa por duas componentes essenciais: (i) a adopção de uma abordagem onde se tem a poupança agregada como determinada e não determinante do investimento, competindo ao sistema bancário o financiamento do investimento o que possibilitará o aumento da poupança através do efeito multiplicador; e (ii) a urgência da criação de unidades de intermediação entre o sector financeiro formal e o informal, provedoras de crédito, com vista à adopção da inovação tecnológica e consequente desenvolvimento.

Uma outra área por onde a elaboração teórica tem caminhado é sobre a questão, onde se opera a inovação, no sector familiar ou no sector empresarial? Com base nos pressupostos revistados já referidos, não é recomendável que Moçambique adopte o chamado *modelo inglês* do desenvolvimento agrícola, baseado na grande empresa com trabalho assalariado (seguido por exemplo pela África do Sul e pelo Zimbabwe). Deve-se optar sim, pelo designado por *modelo dinamarquês*, que tem por estratégia a transformação das tradicionais propriedades (ou machambas) familiares camponesas em unidades de produção individuais, altamente produtivas e suficientemente abertas para a incorporação de inovações tecnológicas. Assim o aumento da produtividade derivará da aplicação dos conhecimentos e tecnologias resultantes da procura por parte das unidades produtivas não ficando refém da exclusividade da oferta pela via dos serviços de extensão rural.

A pergunta crucial é, como fazê-lo? Face à inexistência de capital acumulado e às dificuldades de acesso ao crédito pelas unidades produtivas familiares, a alternativa até hoje encontrada é a do estabelecimento de *parcerias de tipo novo* entre o sector familiar e o sector empresarial, tendo a unidade familiar por capital a terra, o trabalho e o quadro institucional local e o empresariado a tecnologia, o *know how* sobre gestão empresarial, a dinâmica na procura dos nichos do mercado e a possibilidade de acrescentar valor ao nível local através do processamento dos produtos das unidades familiares. À medida em que a unidade familiar for aumentando a sua poupança a função de fomento (nomeadamente a extensão, o crédito em insumos e o transporte e

armazenagem) vai sendo transferida do sector empresarial para o sector familiar, cabendo ao primeiro assegurar a procura à boca da fábrica e ao segundo a produção e a colocação em função dos sinais do mercado. O aumento da procura via agro-indústria em sistema de parcerias de tipo novo, junto com a exploração constante de nichos do mercado, têm pois um papel chave a desempenhar no processo de desenvolvimento de Moçambique.

Tecido Institucional

A *reconstituição do tecido institucional* surgiu como sendo uma das variáveis onde é mais urgente actuar. Entende-se por instituições as regras, normas e costumes que definem os direitos e fazem cumprir os deveres no relacionamento entre as pessoas. Verifica-se que quanto maior é a legitimidade e a maleabilidade das instituições maior é a equidade na distribuição dos rendimentos e menores são os custos de transacção, entendendo-se por estes os custos relacionados com a informação, a negociação e a monitorização da implementação das decisões das unidades produtivas. A participação comunitária e dos parceiros administrativos, económicos e sociais, num exercício de valorização das instituições locais tem sido, igualmente, identificada como condição indispensável ao processo de desenvolvimento.

Resulta daqui que o processo de descentralização, tido como forma de devolução do poder aos cidadãos, deve ser acompanhado do estabelecimento de mecanismos e práticas de envolvimento do cidadão e de negociação entre os vários grupos de interesse, a começar pelas relações de género no seio da família rural, a todos os outros níveis e interesses do espaço nacional. Por uma questão de estabilidade social é recomendável a adopção do princípio da *aplicação gradual e em simultâneo* em, pelo menos, três áreas distintas: (i) a área político-administrativa do Estado – Capital Nacional, Províncias e Distritos; (ii) a área dos grupos de interesse – Estado, Sector Empresarial e Sociedade Civil; e (iii) a área comunitária – Família, Comunidade, Localidade ou equivalente área territorial onde as autoridades locais são reconhecidas.

A evidência produzida demonstrou que o processo de desenvolvimento é tanto mais eficaz quanto maiores forem a legitimidade do poder do Estado, as condições materiais, financeiras e humanas para o exercício desse poder, e a representatividade dos vários parceiros nos órgãos de tomada de decisão. Mas demonstrou, igualmente, que o Estado transporta e impõe custos de transacção elevadíssimos. Fá-lo, ao não regular as formas de negociação, ao permitir e participar em condições de monopólio e monopónicas, ao alimentar a burocracia e ao ser permeável à corrupção.

Prevê-se ainda que a gradual transferência da função de fomento dos sectores empresarial e estatal para o sector familiar, com vantagens mútuas, será tanto mais eficaz quanto mais desenvolvido estiver o quadro institucional local (i.e. associações, grémios, conselhos e governos locais a funcionarem em pleno), uma vez que os custos de transacção e de exploração tenderão a ser menores.

Processos de Tomada de Decisão

Por último, no domínio da *participação do cidadão nos processos de tomada de decisão*, são evidentes no terreno as limitações da democracia representativa - a capital fica demasiado longe, as elites do poder auto reproduzem-se e a retórica da política partidária instala-se no muitas vezes fútil discurso dos funcionários locais. Os estudos realizados demonstraram que a estabilidade social e política exige bem mais do que a delegação do poder via voto, ela requer a participação efectiva nos processos de tomada de decisão desde o nível familiar até ao nível nacional, ou seja, no exercício da democracia participativa [CS, 2000].

A História Económica não demonstra existir uma correlação directa entre democracia representativa e crescimento económico, nem uma relação causal entre descentralização e exercício de poder pelas comunidades. Todavia, a participação efectiva dos parceiros administrativos, económicos e sociais ao nível local, e não somente a sua *consulta*, é tida como condição indispensável ao processo de desenvolvimento.

Concluiu-se ainda que a questão das distâncias relativas para os recursos (machamba, água e lenha), para os mercados (de trabalho e de produtos) e para os serviços (educação e saúde), joga um papel determinante na adjudicação do tempo de trabalho disponível no seio da família rural tendo repercussões significativas nas relações de género nos processos de tomada de decisão. A elasticidade da curva de utilização do trabalho na família para as actividades produtivas e domésticas é praticamente nula. O custo de oportunidade de utilização do tempo de trabalho é definido em função do sexo e da idade sendo menor para o sexo feminino na idade adulta, seguido do feminino jovem e maior entre o varão adulto. Torna-se pois imprescindível o aumento da produtividade ao nível local e a diminuição das distâncias relativas pela construção de estradas e pela disponibilização de meios de transporte a baixo custo.

Modelo da Interação das Quatro Variáveis do Desenvolvimento

Entenda-se que um modelo não é mais do que uma representação do mundo real, uma representação que tenta capturar os elementos essenciais de uma situação real, que por sua vez, é uma abstracção construída sobre critérios específicos para a selecção dos factos (o mundo real dos cientistas) e um conjunto de premissas (o corpo conceptual dos cientistas).

De acordo com o modelo construído são as correlações que se estabelecem entre os eixos *taxa de poupança, direitos fundamentais, tecido institucional e processos de tomada de decisão*, que permitem explicar e, conseqüentemente, actuar com vista à indução do desenvolvimento.

A primeira correlação é a que se desenvolve entre a concretização dos Direitos Fundamentais e o aumento da Taxa de Poupança. O aumento da Taxa de Poupança da família rural, em particular, e da unidade produtiva, em geral, está dependente do nível de escolaridade, da qualidade da água consumida, das condições nutricionais e de saúde, da sanidade do *habitat*, da equidade *intergeracional* do uso dos recursos e

do exercício dos direitos. Quanto maior for a concretização dos direitos fundamentais do cidadão maior é a taxa de poupança da unidade produtiva.

A segunda correlação é a que se desenvolve no sentido inverso. Quanto maior for a Taxa de Poupança maior é a concretização dos Direitos Fundamentais.

Porém, o pleno funcionamento destas duas correlações deriva da consistência do Tecido Institucional e da participação activa dos cidadãos nos Processos de Tomada de Decisão. Quanto menos obstáculos forem apresentados pelas instituições públicas à delegação de poderes, mais rápido se concretizam os direitos fundamentais e maior é a poupança nacional. A consistência do tecido institucional e a democratização do poder têm pois relações de causalidade com o desenvolvimento.

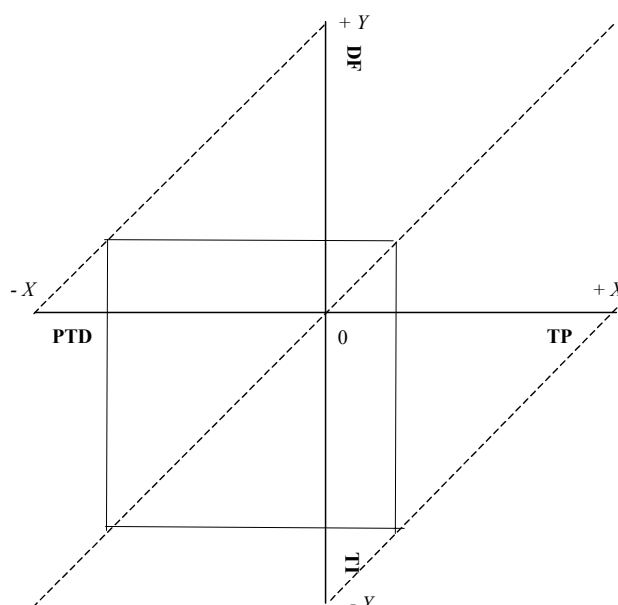


Fig 1: Interação das quatro variáveis do desenvolvimento:
DF – Direitos Fundamentais; TP – Taxa de Poupança;
TI – Tecido Institucional; PTD – Processos de Tomada de Decisão.

Algumas vias para induzir o desenvolvimento em Moçambique

A investigação realizada permite concluir que para se induzir o processo de desenvolvimento em Moçambique o investimento deve ser orientado em paralelo para:

- (i) A disponibilização de *dinheiro barato* ao sector empresarial nacional com a finalidade de aumentar a procura junto do sector familiar através da agro-indústria;
- (ii) O estabelecimento de *parcerias de tipo novo* entre os sectores empresarial e o sector familiar, tendo este por capital os recursos naturais da zona que ocupa e o primeiro a tecnologia e o *know how* de gestão e de acesso aos mercados;
- (iii) O desenvolvimento do *capital humano*, em particular através da educação básica, da melhoria da qualidade da água para consumo e das condições gerais de saneamento;
- (iv) Na diminuição das *distâncias relativas* aos serviços, mercados e recursos através da construção de infra-estruturas, da disponibilização de meios de transporte de baixo custo e da progressiva substituição dos combustíveis lenhosos por eléctricos e fósseis;
- (v) Na reconstituição do *tecido institucional* tendo por princípios a participação a todos os níveis nos processos de tomada de decisão, o balanço nas relações de género e a incorporação das instituições endógenas e transversais nas dinâmicas da governação.

REFERÊNCIAS:

- Adelman, Irma, and C.T. Morris.** 1989. "Nineteenth-Century Development Experience and Lessons for Today"; *World Development*, vol 17, no.9.
- Amin, Samir.** 1973. *Le Développement Inégal: Essai sur les Formations Sociales du Capitalisme Périphérique*. Les Éditions de Minuit ; Paris.
- Arndt, Heinz.** 1987. *Economic Development: The History of an Idea*. The University of Chicago Press; London.
- Baran, Paul.** 1957. *The Political Economy of Growth*; Monthly Review Press, New York.
- Bloom, David & J. Sachs.** 2000. *Geography, Demography and Economic Growth in Africa*. Brookings Papers on Economic Activity 2.
- Carlsson, Jerker.** 1981. *The Limits to Structural Change*. Scandinavian Institute of African Studies; Gothenburg.
- Cruzeiro do Sul.** 1998. Relatório do Ano 1 do Projecto de Seguimento do Programa Estratégico de Nampula. Cruzeiro do Sul. Maputo.
- Cruzeiro do Sul.** 2000. *Levantamento Socio-Económico da Província de Nampula*; Cruzeiro do Sul, Maputo.
- FAO.** 1978. *O Processo de Desenvolvimento das Aldeias Comuns, Análise da Situação, Propostas de Actuação*; in: Negrão, J. 1981. *A Questão Agrária em Moçambique*. Colectânea de Documentos da Frelimo e do Estado da RPM de 1962 a 1981. Mimeo; Maputo.
- Friedman, Milton.** 1980. *Free to Choose*; University of Chicago Press, Chicago.
- Galbraith, John.** 1987. *A Economia Política. Uma História Crítica*; Europa-América; Mem Martins.
- Jerneck, Anne.** 1995. *Adjusting State and Market in Vietnam*. Studentlitteratur; Lund.
- Lewis, W.A.** 1955. *The Theory of Economic Growth*
- Machel, Samora.** 1981. *Discurso no 1º de Maio*; in: *Notícias*, 04 de Maio de 1981.
- Meier, Gerald.** 1989. *Leading Issues in Economic Development*. Oxford University press; New York.
- Ministério do Plano e Finanças.** 2000. Inquérito às Famílias. mimeo. Maputo.
- Myrdal, Gunnar.** 1968. *Asian Drama: An Enquiry into the Poverty of Nations*, Pantheon Books, New York.
- Negrão, José.** 1995 (2001). One Hundred Years of African Rural Family Economy: the Zambezi Delta in Retrospective Analysis. Reprocentralen. Lund.
- Negrão, José.** 1997a. *Homens e Mulheres na Agricultura: Mitos e Realidades*, in: *Relações do Género em Moçambique: Educação, Trabalho e Saúde*; DAA, UEM, pp 17-25.
- Negrão, José.** 1997b. *Re-thinking fashions of rural development*, in: *Mozambique: Perspectives on aid and the civil sector*; GOM, Netherlands, pp 107-123
- Prebish, Raúl.** 1984. Five Stages in my Thinking on Development. in: Meier&Seers (eds); *Pioneers in Development*; Oxford University Press, Washington.
- Schultz, T.** 1964. *Transforming Traditional Agriculture*; Yale University Press, New Haven.
- Schultz, T.** 1988. Education Investments and Returns. in: Chenery&Srinivasan (eds), *Handbook of Development Economics*, Vol.1; Elsevier, Amsterdam.
- Toninelli, Pier.** 1997. *Lo sviluppo economico moderno*. Marsilio; Venezia.
- UNICEF.** 1994. *The Situation of Children and Women in Mozambique*; Coopimagem, Maputo.
- Verschuur, C. et al.** 1985. *Mozambique: Dix Ans de Solitude*. L'Harmattan, Paris
- World Bank.** 1989. *Sub-Saharan Africa: from Crisis to Sustainable Growth*; Washington.
- World Bank.** 1990. *Making Adjustment Work for the Poor: A Framework for Policy Reform in Africa*; Washington.